

HABEAS CORPUS Nº 548.429 - MG (2019/0356102-1)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WELLINGTON SILVERIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **WELLINGTON SILVERIO**, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Narram os autos que, em processo de unificação de penas, o d. Juízo da Execução fixou, como data-base, o dia da **última prisão** (fls. 23-25).

Irresignado, o d. Ministério Público interpôs recurso de agravo em execução, o qual foi **provido**, para fixar a data-base do **dia da sentença** (fls. 51-67).

Daí o presente **writ**, no qual a d. Defesa argumenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, porquanto o v. acórdão viola o entendimento desta eg. Corte, no julgamento do **REsp 1.557.461/SC**, bem assim a **Súmula n. 441/STJ**.

Requer, inclusive LIMINARMENTE, "*a concessão da ordem, para, suspender os efeitos do acórdão impugnado, na execução penal nº 1.0236.18.001935-8/001, até o final julgamento de mérito desta impetração, mantendo a decisão proferida pelo Juiz a quo; [...] Meritoriamente, e/ou em habeas corpus de ofício, nos termos do artigo 654, § 2º do Código de Processo Penal, a concessão da ordem, para, modificar a decisão impugnada que deu provimento ao recurso acusatório, para resgatar a decisão singular [...]*" (fls. 13-14).

É o relatório. **Decido.**

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, a **Terceira Seção** desta Corte Superior de Justiça, em 22/2/2018, ao julgar o **REsp n. 1.557.461/SC**, Relator o Ministro **Rogério Schietti Cruz**, e o **Habeas Corpus n. 381.248/MG**, de relatoria da Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, com Relator para o acórdão, o Ministro **Sebastião Reis Júnior**, sedimentou o entendimento de que a alteração da data-base para a concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal.

Ademais, esta Corte há muito sedimentou o entendimento de que não há que se falar em interrupção dos prazos para livramento condicional, indulto ou comutação de penas, em razão da prática de falta grave, nos termos das Súmulas n. 441 e 535/STJ. A mesma razão deve prevalecer no concernente à unificação de penas.

Verifica-se, portanto, a presença dos requisitos autorizadores da medida urgente, uma vez que a decisão vergastada está em confronto com a orientação jurisprudencial firmada por esta Corte Superior de Justiça e, portanto, configura constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **concedo a liminar, PARCIALMENTE, para suspender, até o julgamento do mérito deste writ, os efeitos do v. acórdão vergastado.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora, bem como ao d. Juízo das Execuções.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator